jurisprudência.pt

Supremo Tribunal de Justiça Processo nº 168/18.0T8FVN.C2.S1

Relator: MARIA CLARA SOTTOMAYOR

Sessão: 08 Novembro 2022 Votação: UNANIMIDADE Meio Processual: RERVISTA

Decisão: DEFERIDA A RECLAMAÇÃO, PROCEDENDO-SE AO

ESCLARECIMENTO

PRIVAÇÃO DO USO CÁLCULO DA INDEMNIZAÇÃO

EOUIDADE

RETIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Sumário

O dano da privação do uso, tal como calculado pelo tribunal de 1.ª instância, é indemnizado por um valor de 8.655,00 euros à data da sentença (acrescido de juros de mora desde a citação), a que acresce um valor de 15,00 euros por dia, desde a data da sentença até efetivo pagamento da indemnização

Texto Integral

Acordam em Conferência no Supremo Tribunal de Justiça

I - Relatório

1. AA e **Generali Seguros**, **S.A.**, Autor e Ré respetivamente, tendo sido notificados do Acórdão deste Supremo Tribunal, de 14 de julho de 2022, que revogou parcialmente o acórdão recorrido, e repristinou a sentença do tribunal de 1.ª instância, vieram requerer, nas suas palavras, o seguinte: "(...) subsistindo dúvidas na interpretação a dar quanto ao valor da condenação

pela privação de uso e quanto às custas, vêm requerer os seguintes esclarecimentos quanto à interpretação a dar às seguintes questões".

- **2.** Por acórdão proferido em Conferência, em 27 de setembro de 2022, este Supremo Tribunal caraterizou este requerimento como um pedido de aclaração, legalmente inadmissível, uma vez que o Código de Processo Civil em vigor não consagra a possibilidade de aclaração das obscuridades ou ambiguidades da decisão ou dos seus fundamentos, nos termos que resultavam da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 669.º do anterior código, pelo que não decidiu o pedido solicitado.
- **3.** Inconformado vem, agora, o autor, **AA**, apresentar novo requerimento em que solicita a nulidade do acórdão proferido em 14 de julho, por entender ser o seu dispositivo ambíguo e obscuro, com o seguinte fundamento:
- «1 Deverá este S.T.J, uma vez declarado que seja a nulidade do acórdão proferido, porque ininteligível quanto ao valor do dano de privação do uso, e em consequência ser o mesmo substituído por outro mais explicito onde seja condenada a Ré a proceder à liquidação do uso, mas contabilizando-o desde o 21º dia após a ocorrência do sinistro, ou pelo menos desde a data em que terminou o uso do veículo de substituição, de acordo com o facto nº 23 dos factos provados, até à data em que venha a ocorrer a liquidação por parte da Ré seguradora e à taxa diária de 15,00€ e não apenas no valor que a 1º instância liquidou na data em que a sentença foi proferida (11/7/2019), uma vez que o A. continuou sem poder usar o seu veículo.
- 2 Não sendo declarada a nulidade do Acórdão deste Supremo Tribunal de Justiça, apesar de haver sido reconhecido que o A. tem direito a ser indemnizado pelo dano de privação do uso, e substituído por outro que conceda ao A. o direito a ser pago por tal dano, mas até à data em que ocorra a liquidação e à taxa diária de 15,00€, verifica-se um enriquecimento ilegítimo da Ré à custa do A. e premear-se-á a inércia daquela na não resolução atempada do sinistro, ou seja na liquidação de tal dano, quando o A. até peticionou que a sua liquidação viesse a ocorrer em execução da liquidação de sentença.
- Declarando a sua nulidade nos termos do artº 615 nº1 / C do C.P.C., e retificando o que ininteligível está, em conformidade com o aqui alegado,

VV.Exªs farão a costumada justiça».

- **4.** A Seguradora, *Generali Seguros, S.A.,* ré, apresentou resposta, em que sustentou o seguinte:
- «1) A Ré não pode concordar com o entendimento do Autor, uma vez que as duas sentenças de 1ª instância decidiram atribuir um valor com recurso à equidade e não dar provimento ao pedido de condenação em liquidação e o Autor quando recorreu pelas duas vezes para o Tribunal da Relação não se insurgiu contra esta decisão.
- 2) O Autor quando apresentou os dois recursos para o Tribunal da Relação e depois, um terceiro, para o Supremo Tribunal de Justiça apenas reclamou do valor atribuído e não recorreu do facto de o tribunal não ter condenado a Ré no pagamento em liquidação de sentença;
- 3) Face ao exposto, a Ré entende que a absolvição da Ré do pedido de condenação em liquidação de sentença ou de um valor que se continuasse a vencer até ao pagamento já transitou;
- 4) Motivo pelo qual, se requer que o pedido de nulidade do Acórdão seja julgado improcedente e em consequência a Ré seja apenas condenada no pagamento que foi fixado em 1ª Instância».
- **5.** Dada a persistência do conflito entre as partes; entende este Supremo Tribunal de Justiça decidir a questão agora colocada, que reside em saber qual o alcance do dispositivo do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, que repristinou a sentença do tribunal de 1.ª instância, e como calculou esta sentença a indemnização pelo dano da privação do uso.

Cumpre apreciar e decidir.

II - Fundamentação

1. Sobre a questão agora suscitada diz a sentença do tribunal de 1.ª instância, repristinada pelo Supremo Tribunal de Justiça, o seguinte:

«Deste modo, o Autor tem direito a ser ressarcido pelo dano da privação do uso, ou seja, <u>após cessar a utilização do veículo de substituição e até</u> efectivo pagamento da indemnização devida.

Para calcular a quantia devida pela privação do uso, importa atentar na utilização que o Autor fazia do seu veículo, bem como, que desde 14/12/2017 o Autor deixou de beneficiar de veículo de substituição e ainda não recebeu qualquer indemnização da Ré, por isso, de acordo com a equidade deve ser fixada desde já a quantia global de €8.655,00, correspondente aproximadamente à quantia diária de €15,00».

2. Ora, da leitura deste excerto da sentença resulta claro que a indemnização atribuída para compensar o dano da privação do uso foi determinada à razão de 15,00 euros por dia desde a data em que o autor deixou de dispor do veículo de substituição até efetivo e integral pagamento e que o valor de 8.655, 00 euros consiste apenas no que é devido até à data da prolação da sentença. A este valor deve somar-se juros de mora desde a citação e até efetivo pagamento, e acrescer ainda a quantia de 15, 00 euros por dia desde a data da sentença até à data de efetivo pagamento da indemnização.

A referência à equidade serve apenas para indicar que o valor de 8.655,00 euros é aproximadamente equivalente a 15,00 euros por dia, desde a data em que o autor deixou de ter um veículo de substituição para o seu trabalho até à data da sentença, mas não significa que o valor da indemnização se esgote nessa quantia. A sentença refere ainda um critério estritamente matemático para cálculo da indemnização desde a data da sentença: o valor de 15,00 euros por dia a partir da data da sentença e até efetivo pagamento da indemnização.

3. Assim, procede-se à retificação do acórdão proferido por este Supremo Tribunal de Justiça, em 14 de julho de 2022, aditando-se o seguinte ao seu dispositivo:

«O valor da indemnização, pelo dano da privação do uso, em que a ré vinha condenada pelo tribunal de $1.^a$ instância, é o seguinte:

- a) 8.655,00 euros acrescidos de juros de mora desde a citação até efetivo integral pagamento e
- b) 15 euros por dia desde a data da sentença até efetivo pagamento da indemnização»
- 4. Anexa-se sumário elaborado de acordo com o artigo 663.º, n.º 7, do CPC:
- I O dano da privação do uso, tal como calculado pelo tribunal de 1.ª instância, é indemnizado por um valor de 8.655,00 euros à data da sentença (acrescido de juros de mora desde a citação), a que acresce um valor de 15,00 euros por dia, desde a data da sentença até efetivo pagamento da indemnização.

III- Decisão

Pelo exposto, decide-se deferir a reclamação e retificar o dispositivo do acórdão de 14 de julho, nos termos descritos.

Custas pela reclamada.

Lisboa, 8 de novembro de 2022

Maria Clara Sottomayor (Relatora)

Pedro de Lima Gonçalves (1.º Adjunto)

Maria João Vaz Tomé (2.ª Adjunta)